

Assentamento Antônio Conselheiro: A Importância do Mapa Coletivo na Leitura da Realidade Camponesa¹

 Alexandra Maria de Oliveira¹,  Antônia Sandra Honoria de Sousa²,  Grasielle Ribeiro Gonçalves de Souza³

¹ Universidade Federal do Ceará - UFC. Departamento de Geografia. Centro de Ciências, *Campus* do Pici. Avenida Humberto Monte, s/n. Bloco 911. Fortaleza - CE. Brasil. ² Rede Particular de Educação do Município de Fortaleza. ³ Secretaria de Educação do Ceará.

Autor para correspondência/Author for correspondence: alexandra.oliveira@ufc.br

RESUMO. A conquista dos assentamentos rurais no campo brasileiro leva à certeza de que novos desafios estarão presentes na vida de assentado, entre eles: a luta por políticas públicas para dinamizar produção, a geração de renda e uma educação de qualidade. O objetivo do artigo é analisar o uso da cartografia social no Assentamento Antônio Conselheiro, localizado entre Ocara e Aracoiaba no Ceará. O procedimento metodológico parte de pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2018 e foi desenvolvido com base em oficinas pedagógicas realizadas com educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Campo, na Escola Raimundo Facó. Contou, ainda, com trabalhos de campo, entrevistas, elaboração de croquis e mapa coletivo. A cartografia social foi desenvolvida quando as comunidades estavam vivendo uma situação de conflito com órgãos públicos e procurando caminhos para revelar trabalho e autonomia na gestão dos espaços de produção, da comercialização e do lazer. Os resultados revelam um assentamento rural consolidado com produção, consumo e comercialização de produtos agrícolas e artesanais. A introdução da cartografia social dentro da comunidade (via escola básica) é um caminho diferenciado para o diálogo entre os saberes populares e o conhecimento geográfico, e é fundamental para interpretarmos a realidade camponesa.

Palavras-chave: assentamento rural, conflitos no campo, cartografia social.

The Antônio Conselheiro Settlement: The Importance of the Collective Map in Reading Peasant Realityⁱⁱ

ABSTRACT. The conquest of rural settlements in the Brazilian countryside has led to the certainty of new daily challenges for the settlers, including the struggle for public policies that boost production, income generation, and good quality education. The article aims to analyze the use of social cartography in the Antônio Conselheiro Settlement, located between Ocara and Aracoiaba in Ceará, Brazil. The methodological procedure is part of a research project carried out between 2016 and 2018 and was developed based on pedagogical workshops conducted with students of the Education Service for Youth and Adult Rural Workers (EJA) at Raimundo Facó School. Additionally, fieldwork, interviews, preliminary sketches, and the collective map were used in the research. This Social cartography was developed at a time when the communities were experiencing conflict with public agencies and looking for ways to demonstrate their work and autonomy in the management of spaces for production, marketing, and leisure. The results show a consolidated rural settlement with the production, consumption, and commercialization of agricultural and artisanal products. The introduction of social cartography to the community through adult elementary education is a differentiated approach to the dialogue between popular and geographic knowledge and is fundamental for interpreting the peasant reality.

Keywords: rural settlement, agrarian conflicts, social cartography.

Asentamiento Antônio Conselheiro: La Importancia del Mapa Colectivo en la Lectura de la Realidad Campesinaⁱⁱⁱ

RESUMEN. La conquista de los asentamientos rurales en el campo brasileño lleva a la certeza de que nuevos desafíos estarán presentes en la vida de los pobladores de los asentamientos, entre ellos: la lucha por políticas públicas para dinamizar la producción, la generación de ingresos y una educación de calidad. El objetivo del artículo es analizar el uso de la cartografía social en el Asentamiento Antônio Conselheiro, ubicado entre Ocara y Aracoiaba en Ceará. El procedimiento metodológico surge a través de una investigación realizada entre los años 2016 y 2018 y se desarrolló a partir de talleres pedagógicos realizados con estudiantes de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) del Campo, en la Escuela Raimundo Facó. También contó con trabajo de campo, entrevistas, elaboración de bocetos y un mapa colectivo. La cartografía social se desarrolló cuando las comunidades vivían una situación de conflicto con los organismos públicos y buscaban formas de revelar el trabajo y la autonomía en la gestión de los espacios de producción, comercialización y esparcimiento. Los resultados revelan un asentamiento rural consolidado con producción, consumo y comercialización de productos agrícolas y artesanales. La introducción de la cartografía social en la comunidad (vía escuela básica) es una vía diferente para el diálogo entre los conocimientos populares y el conocimiento geográfico, y es fundamental para interpretar la realidad campesina.

Palabras clave: asentamiento rural, conflictos en el campo, cartografía social.

Introdução

No processo de luta pela terra travada no campo brasileiro, os assentamentos rurais correspondem a “frações do território” conquistadas pelos trabalhadores rurais na luta pela terra (Fernandes, 1996, p. 17). No Ceará a luta dos camponeses pela terra viabilizou a criação de assentamentos rurais, sobretudo, após a abertura política ocorrida em meados dos anos 80 do século XX. O primeiro plano nacional de reforma agrária (1985) da denominada Nova República contribuiu para que parte dos camponeses tivessem o acesso à terra e, também, para que esses camponeses iniciassem novas ações de luta por direito à moradia, trabalho, educação e dignidade no campo. E por isso, para parte dos estudiosos da questão agrária, o assentamento rural é “ponto de chegada da luta camponesa no acesso à terra” (Feliciano, 2006, p. 113) e, ao mesmo tempo, seu “ponto de partida como conquista de um novo patamar do qual se pode acessar um conjunto importante de políticas, (de crédito, por exemplo)” (Leite, 2012, p. 111).

No processo de luta e conquista dos assentamentos rurais no Ceará, a organização camponesa da vida de assentado apresentou como razão estruturante o trabalho familiar, a posse da

terra, a liberdade do trabalho, os laços de parentesco e a religiosidade sertaneja (Oliveira, 2017). São relações estabelecidas na família entre si, com seus vizinhos e com a terra e o trabalho que permite a reprodução da cultura, das técnicas e da identidade camponesa. Com isso, fazer uma leitura da realidade camponesa no cotidiano da vida de assentado passa por considerar que a relação terra, trabalho, família e liberdade identifica sujeitos sociais e políticos que estão desenvolvendo ações e mobilizações na luta pela reforma agrária popular no campo brasileiro. E, ainda, que esses sujeitos via associações constroem caminhos para negociar com o governo via órgãos públicos na busca por uma vida com dignidade no campo.

A proposta de uso da cartografia social no Assentamento Antônio Conselheiro foi um desafio que surgiu no percurso da pesquisa (Sousa, 2018) e no desenrolar das novidades presentes nas comunidades rurais no Ceará. No diálogo com os assentados da comunidade Umari ficou evidenciado o conflito presente entre o governo do Estado via Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) e os camponeses na redefinição da localização e do material utilizado nas barracas distribuídas ao longo da BR-122, que corta o Assentamento. Para o Dnit, não

poderia haver barracas de alvenaria próximas à BR-122, as quais deveriam manter um distanciamento mínimo a fim de evitar acidentes. A proposta foi fortemente contestada pelos camponeses, que se viram acuados com a presença de técnicos do órgão no Assentamento dispostos a intervir nos pontos de comercialização das mercadorias. O conflito ganhou repercussão, e todos queriam ver no papel o que poderia mudar, de fato, razão por que veio a proposta de produção de um mapa coletivo com a comunidade.

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida no diálogo com os sujeitos envolvidos nas comunidades. A participação dos pesquisadores no cotidiano do Assentamento foi fundamental para uma leitura crítica da realidade social e local. A metodologia foi constituída de leituras acadêmicas e técnicas sobre a questão agrária no Ceará e assentamentos rurais, e de trabalhos de campo com entrevistas semiestruturadas e oficinas didáticas com procedimento metodológico pautado na cartografia social proposta por autores como Batista (2014) e Santos (2016). Optamos por referenciar os sujeitos da pesquisa com uso de letras, como por exemplo: camponês A ou camponesa B.

A cartografia social, segundo Santos (2016), “é vista como um processo de construção coletiva que aproxima, em uma mesma categoria de importância, pesquisadores e agentes sociais mapeados” (p. 274). Com isso, entendemos que a cartografia social é realizada com a comunidade, revelando o olhar do sujeito como os atores sociais, indivíduos de uma coletividade que, através das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, produzem territórios em áreas de reforma agrária.

A proposta foi desenvolvida com educandos da turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA do Campo) na Escola Raimundo Facó localizada na comunidade de Umari, no Assentamento Antônio Conselheiro em Aracoiaba, município do Ceará. A relevância da produção do mapa coletivo reside na carência de representações sobre as práticas sociais, econômicas e culturais do Assentamento. Os resultados revelam que a utilização da cartografia social na comunidade (via escola básica) é um caminho diferenciado para o diálogo entre os saberes populares e o conhecimento geográfico, e é uma escolha fundamental para interpretarmos conflitos do campo presentes na realidade levando em consideração a leitura dos camponeses.

A Formação do Assentamento Antônio Conselheiro

O Assentamento Antônio Conselheiro teve origem na ocupação e desapropriação da Fazenda Córrego de Quinxinxi no dia 20 de maio de 1995. A denominação Antônio Conselheiro foi uma forma de homenagear o líder messiânico Antônio Vicente Mendes Maciel, popularmente conhecido como Antônio Conselheiro, responsável pela criação da comunidade de Canudos no sertão da Bahia no século XIX.

O Assentamento Antônio Conselheiro, desde o início, foi projetado para ser um lugar de acolhida que possibilitasse terra e trabalho para as famílias camponesas, como foi registrado nas palavras da professora Zélia, diretora da escola do campo Francisca Pinto da Silva: “... o intuito da criação do assentamento era formar uma nova Canudos aqui no Ceará” (Assentamento Antônio Conselheiro, 2017). A escolha da Fazenda Córrego de Quinxinxi para a ocupação da terra teve por base um levantamento de imóveis improdutivos da região norte do Ceará obtido de um trabalho naquele momento (vivíamos o I Plano Nacional de Reforma Agrária) realizado por coletivos e lideranças de movimentos sindicais e sociais.

Após a escolha da Fazenda, as representações dos camponeses articularam famílias de camponeses Sem Terra para o momento da ocupação: moradores de condição ^{iv}e posseiros. De acordo com Sales (2003), a grande maioria dos trabalhadores vivia em fazendas próximas à área a ser ocupada, não tinha a posse da terra e estava passando por problemas relacionados a conflitos com os latifundiários. A autora lembra, ainda, que houve toda uma preparação com reuniões, troca de informações e acompanhamento dos grupos até o ato de ocupação na Fazenda.

A história do referido assentamento começou com a chegada das famílias que ocuparam a Fazenda, provenientes de diferentes cidades e localidades do estado.

As famílias começaram a chegar aqui no dia 19 de maio de 1995, eram muitas famílias vindas de vários municípios do Ceará, acho que foram uns 12 municípios e localidades, lembro bem que vieram famílias de Boa Viagem, Quixadá, Quixeramobim, Canindé, Madalena, Caucaia, Itapebussu, Ibaretama, Ocara, Aracoiaba, Umirim e Itapagé. Cerca de 400 famílias ficaram acampadas embaixo de lonas; até sair a posse da terra, foi muita resistência (Camponês A. Assentamento Antônio Conselheiro, 2017).

De acordo com a moradora, as famílias tinham experiência com a agricultura, muito embora também

tivessem já vivenciado outros trabalhos fora do campo.

As famílias que chegaram viviam do campo, eram todos agricultores, de plantar para sustentar a família. Saí com minha família da comunidade de Rufino em Aracoiaba e trabalhei quatro anos na Cione (Campanha Industrial de Óleos do Nordeste), com a castanha do caju, porque eu e meu marido não tínhamos terras para plantar; quando ficamos sabendo da ocupação, largamos o emprego e entramos pela luta, na resistência pra garantir nosso pedaço de chão pra plantar e viver (Camponesa B. Assentamento Antônio Conselheiro, 2017).

Com isso, a ocupação gerou, entre os moradores de condição da Fazenda, medo e desconforto, devido, sobretudo, ao temor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)^v, visto, muitas vezes, como um movimento formado por pessoas que gostam de confusão. Como afirmou um antigo morador,

Deu medo, não sabíamos que povo era esse. O MST que conhecíamos era aquele que a televisão mostrava que existia confusão com a chegada deles. Então ficamos com receio de fazer alguma coisa ou que eles fizessem com a gente. Com o tempo vimos que a maioria vinha pra viver dignamente, plantando e tudo mais, porém tinha uns que só veio (sic) pra bagunçar, eram desonestos, comia nossos animais, faziam badernas dentro da fazenda, mas esses foram expulsos, não ficaram não (Camponês C. Assentamento Antônio Conselheiro, 2017).

O movimento de ocupação da terra, no caso terra improdutivo, é visto como um desafio complexo, mobilizado pela luta por direitos e por justiça social. De acordo com Stédile e Fernandes (1999), “se não ocuparmos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriações quando houve ocupações” (p. 115).

Durante o acampamento^{vi} na Fazenda Córrego de Quinxiné (entre os anos de 1995/96), ocorreram momentos de tensão entre os acampados e os gerentes da fazenda, que ameaçavam pôr fogo nas barracas, e de conflito entre os camponeses e a força policial, que ameaçava com ordem de despejo^{vii}. Nesse momento, o MST construiu frentes de ações para chamar a atenção do poder público sobre o que estava ocorrendo na Fazenda. Entre as mobilizações, vale ressaltar o ato de ocupar a BR-122, que seguiu com uma caminhada até o fórum de Aracoiaba finalizando com uma dramatização realizada por crianças contando a história das experiências vividas no acampamento (Oliveira & Sampaio, 2017).

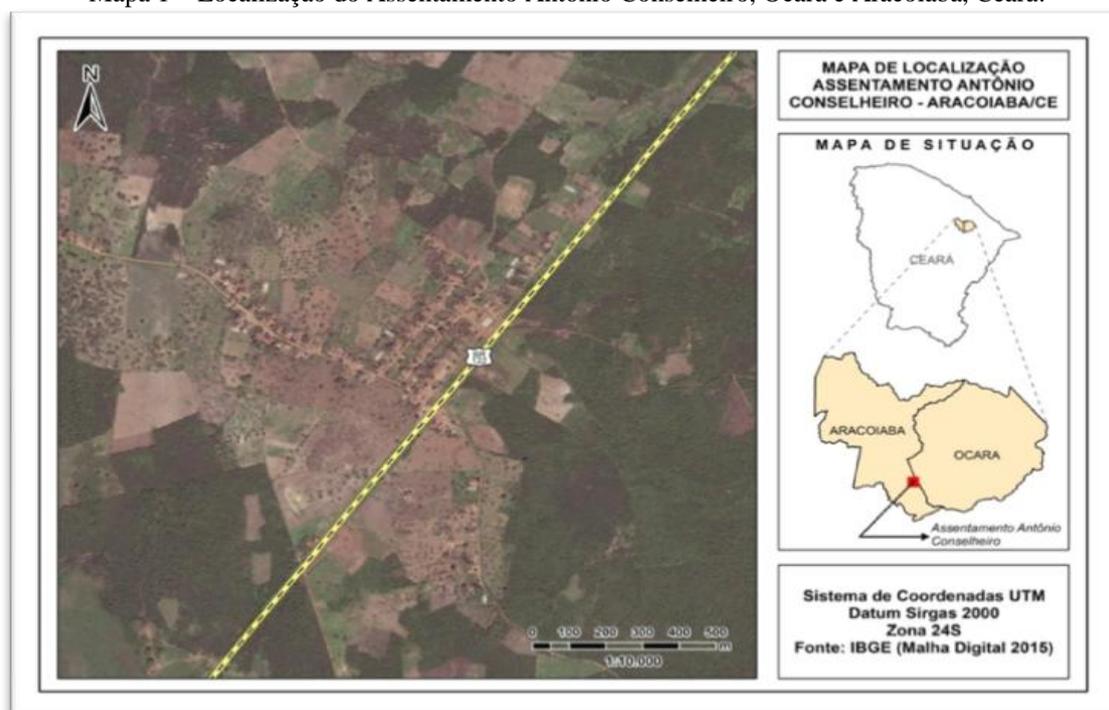
A vitória das frentes de ações mobilizadas pelos camponeses aconteceu com a revogação da ordem de despejo (1995) e a desapropriação por interesse social da Fazenda considerada improdutivo. Portanto, em 2 de abril 1996,

depois de onze meses foi dada a emissão de posse do Assentamento Antônio Conselheiro pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O Assentamento teve sua formação no dia 20 de maio de 1995, com mais de cinco mil hectares divididos entre as famílias acampadas e moradores da Fazenda, tendo cada família ficado com cerca de trinta e oito hectares (Sales, 2003).

O Antônio Conselheiro está localizado entre os municípios de Aracoiaba e Ocara no estado do Ceará,

distante da capital Fortaleza cerca de 101 quilômetros, cujo acesso se dá pela rodovia BR-122 – principal estrada de chegada para o Assentamento, já que o corta ao meio (Mapa 1). A presença de um fluxo contínuo de pessoas e veículos no interior do Assentamento favorece a prática de escoamento da produção e o comércio de produtos agrícolas e artesanais por parte dos assentados.

Mapa 1 – Localização do Assentamento Antônio Conselheiro, Ocara e Aracoiaba, Ceará.



Fonte: Sousa, 2017.

Com a conquista da terra, a luta por condições dignas de moradia, vida e trabalho no campo se transformou em uma longa empreitada viabilizada em mobilização de luta e no diálogo entre as

associações e o governo do Estado. Organização de associações, igrejas, escolas, casa de moradia e seus roçados foram dinamizando o ordenamento socioespacial do Assentamento como um

todo. No processo, a busca por projetos governamentais que viabilizassem trabalho, educação e saúde foi priorizada pelos camponeses.

O ordenamento territorial do Assentamento está dividido em quatro agrovilas, também consideradas comunidades: Córrego do Facó e Sede, no município de Ocara, Furnas e Umari, no município de Aracoiaba, consideradas fundamentais para o desenvolvimento social, político e econômico do todo. As comunidades estão organizadas em associações de agricultores, entidades que constroem caminhos para negociar com o governo do Estado via órgãos públicos a busca por projetos e políticas públicas para o assentamento.

No processo de territorialização das famílias no assentamento a posse da terra e a liberdades no trabalho são condições fundamentais para o desenvolvimento da “agricultura camponesa” (Carvalho & Costa, 2012, p. 26). Uma forma de produzir, de se relacionar com a natureza e de viver na qual as famílias têm por base o trabalho familiar nas seguintes atividades: agricultura de roçado (milho, feijão e mandioca) e de quintais produtivos (jerimum, maxixe, hortas, entre outras produções); pecuária (criação de pequenos animais: suínos, aves, caprinos e bovinos); produção artesanal de molhos, manteigas e

bolos; comercialização de produtos em barracas localizadas ao longo da estrada na BR-122.

Hoje, o Assentamento tem dois projetos considerados prioritários: 1) o projeto Um Milhão de Cisternas (P1MC) conquistado via Associação do Semiárido (ASA), que viabilizou água potável para o consumo e o abastecimento dos quintais produtivos; 2) a Escola de Ensino Médio do Campo Francisca Pinto conquistada via MST, onde os jovens estão desenvolvendo o ensino médio com formação técnica em agropecuária.

Com o projeto das cisternas, as famílias camponesas, sobretudo as mulheres, estão dinamizando os quintais produtivos com a produção de alimentos para a dieta alimentar da família e a comercialização de produtos. Com a escola de ensino médio, os jovens estão aprendendo e ensinando saberes populares e científicos e tecnologias sociais importantes no trabalho com a terra. Além disso, esses projetos trazem a oportunidade de os jovens não precisarem migrar para os grandes centros urbanos, garantindo, portanto, a permanência deles como mão de obra na agricultura familiar.

Em seu aniversário de 23 anos (2018), o Assentamento festejou com missa (Figura 1), teatro, quadrinha e

reaisado com apresentações produzidas e interpretadas pelos jovens.

Figura 1 – Missa em Ação de Graças no Assentamento Antônio Conselheiro, Ceará.



Fonte: Sousa, 2018.

Assim, o Assentamento Antônio Conselheiro se renova ao longo dos anos para permanecer na terra conquistada com o trabalho familiar, o uso de novas tecnologias sociais e a educação, que geram oportunidades para a juventude.

Relato de experiência: a cartografia social na comunidade

A primeira etapa da pesquisa foi realizada com trabalho de campo e vivência no Assentamento Antônio Conselheiro, com o apoio de lideranças e de professoras. No diálogo ficaram evidentes dois pontos: primeiro, a inexistência de representações cartográficas do Assentamento; segundo, o

conflito presente entre o governo do Estado via Dnit e os camponeses. Conforme os técnicos do Dnit, as barracas de alvenaria estavam muito próximas do acostamento, fato que poderia dificultar a visão dos motoristas e causar acidentes na estrada. Por isso, o órgão solicitou ao Inbra uma redefinição da localização e do material a ser utilizado nas barracas de comercialização de produtos do Assentamento instaladas ao longo da BR-122. Ficou acordado, com parte dos camponeses, que a regulamentação das barracas seria disponibilizada no projeto Terra Sol (INCRA, CE), que propôs substituir as barracas de alvenaria por barracas móveis com cobertura de lona,

algo nem sempre visto com bons olhos pelos assentados, sobretudo devido ao calor provocado pela lona.

Contribuiu para o diálogo a sugestão do uso da cartografia social com a turma da EJA do Campo^{viii} da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Raimundo Facó, localizada na comunidade de Umari. A opção por essa comunidade se deu pelo fato de ela ser a mais populosa e mais afetada pelo conflito apresentado. A escola trabalha com a divisão em ensino Infantil, Fundamental I, II e uma turma da EJA do Campo noturno com cerca de 40 educandos.

O levantamento de dados construídos em entrevistas semiestruturadas realizadas em campo permitiu a produção de um diagnóstico do Assentamento (Sousa, 2018). Após o diagnóstico, sentimos a necessidade de cartografar o Assentamento traçando suas unidades produtivas e suas práticas sociais e econômicas. Para isso, foi feito o contato com a professora da EJA, com lideranças do MST e com os educandos da Escola, para a apresentação da proposta de procedimento com a cartografia social. Com a anuência dos sujeitos, retornamos para Fortaleza com a ideia de construção de uma sequência didática.

O planejamento da sequência didática (Pernambuco, 1993) teve o

objetivo de construir a representação espacial das práticas sociais presentes no Assentamento a partir da leitura dos educandos. O procedimento metodológico foi dividido em três etapas: produção de croquis, retroalimentação e socialização dos resultados na escola.

O primeiro momento pode ser descrito como o estudo da realidade. Para tanto, optamos por organizar uma sequência de conteúdos sobre o Assentamento rural, suas comunidades e seu entorno. A apresentação da aula foi precedida de um questionário simples no qual se buscou conhecer a leitura dos educandos sobre sua comunidade: ruas, disposição das casas, dos quintais, dos roçados e dos recursos hídricos, entre outros elementos. Nesse momento, as falas circularam em torno de leituras pontuais como “temos os quintais produtivos”, ou ainda, “comercializamos nossos produtos nas barracas na BR-122 e agora o Dnit quer mudar”. Para os educandos, a renda adquirida com a produção agrícola e artesanal e com a comercialização dos produtos parecia ser algo fundamental na realidade da comunidade, que fez questão de enfatizar o conflito provocado pelo governo do Estado via Dnit. Essas informações foram fundamentais para organizarmos a construção do conhecimento. Esse foi o momento de

ouvirmos e compreendermos os sujeitos da pesquisa, estando atentos para explicar e construir a importância de nossa proposta e dar a ela um significado no universo do educando.

O momento seguinte foi a aula expositiva e dialogada (Figura 2), na qual pontuamos o Assentamento no contexto do sistema mundo, apresentando a cartografia com seus elementos básicos: título,

legenda, escala, orientação e legenda. Seguimos dialogando sobre a cartografia oficial e a cartografia social e introduzimos os elementos básicos para o desenvolvimento dos croquis: estradas, casas de moradia, áreas de roçados e recursos hídricos. Na sequência, cada grupo ficou encarregado de fazer um desenho/croqui do Assentamento.

Figura 2 – Aula expositiva dialogada na Escola Raimundo Facó, Assentamento Antônio Conselheiro, Ceará.



Fonte: Sousa, 2018.

A cena apresentada na Figura 2 revela a atividade da aula, precedida de um amplo estudo da realidade local. Foi desse estudo inicial que surgiram curiosidades sobre a relação dos educandos com o espaço social do Assentamento. Também foi nesse contexto que pontuamos o passo seguinte, ou seja, o momento de escolhermos estratégias para o

desenvolvimento dos conteúdos relacionados e os procedimentos metodológicos.

O segundo momento pode ser descrito como a fase das expectativas. Foi também quando buscamos caminhos para superar as fragilidades identificadas, absorvemos informações e desenvolvemos habilidades necessárias para dar conta das questões apresentadas. “Aqui predomina a

fala do organizador” (Pernambuco, 1993, p. 34, grifos do autor). Vale ressaltar que a fala dos camponeses orientou esse momento, que se constituiu na tentativa de propiciar os saltos que não poderiam ser dados sem o conhecimento científico sistematizado em livros e na própria formação dos organizadores. Foi, portanto, o momento da organização do conhecimento respeitando o diálogo de saberes dos educandos e dos professores em formação.

Nesse processo de organização, optamos pelo trabalho de produção de croquis. Para isso, levamos um conjunto de material didático: cartolinas, papel ofício, lápis de cor e canetinhas coloridas. Os educandos em grupo (turma com uma média de 35 pessoas) tiveram o desafio de aplicar os conhecimentos de sua realidade na construção dos croquis do Assentamento (Figura 3).

Figura 3 – Produção do Mapa Coletivo na Escola Raimundo Facó, Assentamento Antônio Conselheiro, Ceará.



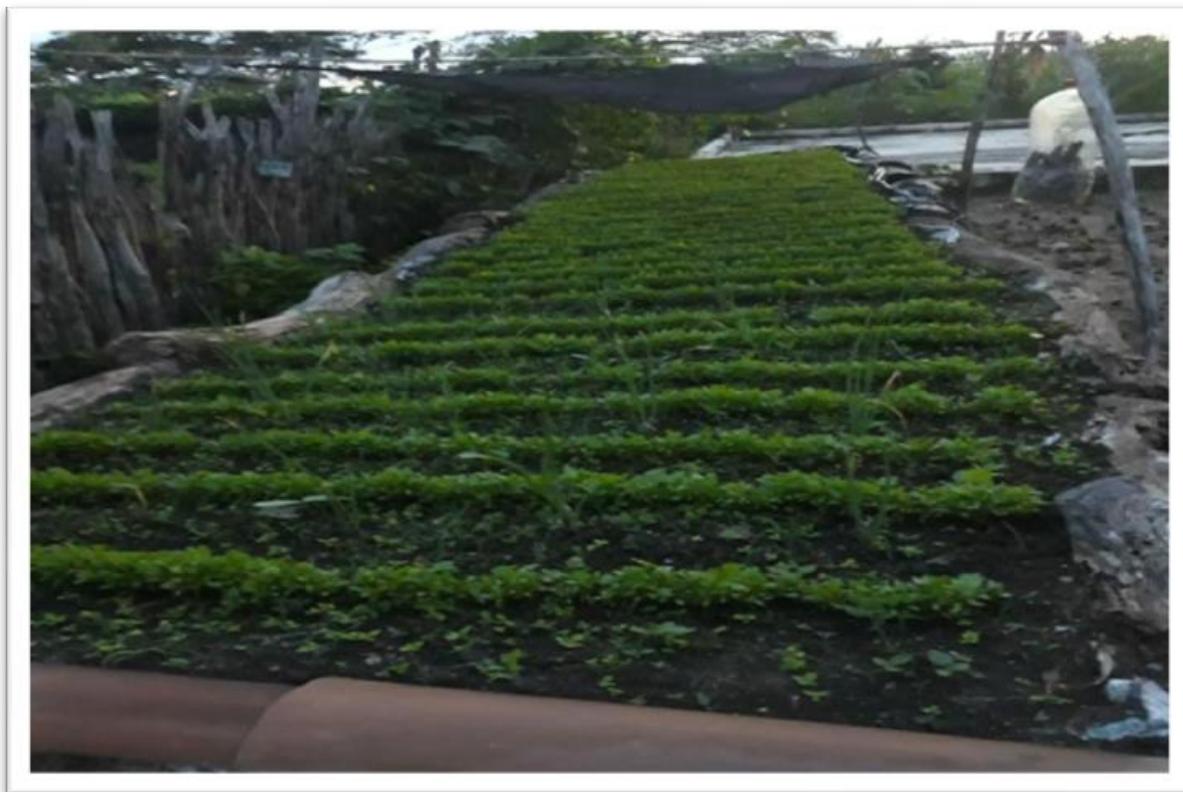
Fonte: Sousa, 2018.

Nessa ocasião, tivemos o apoio incondicional da professora de Geografia, que viabilizou nossa permanência no Assentamento e animou o grupo para a produção do material. Nesse dia, houve ainda a apresentação e a retroalimentação dos croquis produzidos, cujo uso propiciou

a leitura espacial dos pesquisadores e dos educandos sobre o Assentamento.

No primeiro croqui (Croqui 1) pode-se observar a dinâmica socioespacial do Assentamento.

Figura 4 – Quintais produtivos: coentro e cheiro-verde. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari, Aracoiaba-CE.



Fonte: Gonçalves (2018).

Na Figura 4, o quintal produtivo com hortaliças é o da casa de um assentado que destacou a importância dos quintais no fornecimento de alimentos frescos e saudáveis, os quais ajudam no desenvolvimento e sustento de sua família.

De acordo com Batista (2014), os quintais produtivos nos sertões do Ceará formam “um sistema de policultivos, preferencialmente, cultivados próximo à residência, sendo, muitas vezes, uma extensão da casa” (p. 56). De comuns,

esses quintais tornaram-se cada vez mais importantes na luta pela soberania alimentar. No assentamento em estudo, a opção pela alimentação saudável também passa por dentro da escola através da horta didática descrita por Oliveira & Sampaio (2017).

Outra representação bem interessante foi a elaborada no Croqui 2.

Croqui 2 – Espacialização do Assentamento Antônio Conselheiro. Ocara e Aracoiaba-CE.



Fonte: Grupo da G.

No Croqui 2, o destaque foi dado às áreas produtivas dos quintais e aos roçados e, na sequência, às barracas na BR-122, além dos equipamentos: como igrejas, quadras de esporte, escola e posto de saúde. Em todos os croquis, os educandos tiveram o cuidado de revelar um assentamento produtivo, com vida e trabalho na produção de alimentos para a dieta familiar, na criação de animais e na comercialização (atividade composta pela venda de produtos agrícolas e artesanais).

Demonstrando que o trabalho familiar camponês “abastece a casa de morada, alimenta seus membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade” (Moura, 1986, p. 55). No diálogo com os assentados, ficou clara a composição do trabalho familiar na relação entre os quintais produtivos, a produção nos roçados e a comercialização dos produtos. A interferência da proposta do governo do Estado via Dnit na dinâmica dessa composição gerou dúvidas e

conflitos envolvendo a participação do Inca.

No conflito presente entre o governo do Estado via Dnit e os camponeses, a solução traçada junto ao Inca foi a substituição das barracas de alvenaria por barracas de lona que pudessem ser

desmontadas. No processo, as barracas de lona foram montadas, mas as de alvenaria não foram derrubadas (Figura 5). Muitos dos camponeses alegaram a insalubridade decorrente do calor provocado pelas lonas plásticas.

Figura 5 – Comércio na BR-122 na Comunidade Umari, no Assentamento Antônio Conselheiro. Aracoiaba-CE



Fonte: Sousa (2018).

A Figura 5 revela à esquerda a barraca de alvenaria tradicional na comunidade e à direita a barraca de lona idealizada no projeto com o Inca, resultado do conflito entre o governo via Dnit e os camponeses, como já falamos. Na leitura de muitos camponeses, a solução foi agregar as barracas. Assim, as denominadas “novas barracas” foram conquistadas de mais um projeto do Assentamento para manter a economia da

venda de produtos agrícolas e artesanais na produção de renda na comunidade.

A opção camponesa forjada no conflito foi fundamental para revelar a dinâmica e a diversidade da produção agrícola e artesanal presentes no Assentamento de reforma agrária no Ceará. De acordo com o camponês D. “quem não está no roçado, vem vender os produtos na BR”. Nas barracas (Figura 6) são comercializadas as seguintes mercadorias: frutas (manga, graviola, castanha de caju,

jaca, acerola e ata^{ix}); temperos (molhos de pimenta malagueta, manteiga da terra^x e nata); mel (abelhas jandaíra e italiana);

produtos industrializados (salgadinhos e bombons).

Figura 6 – Produtos vendidos na BR-122. Comunidade de Umari. Assentamento Antônio Conselheiro, Aracoiaba-CE.



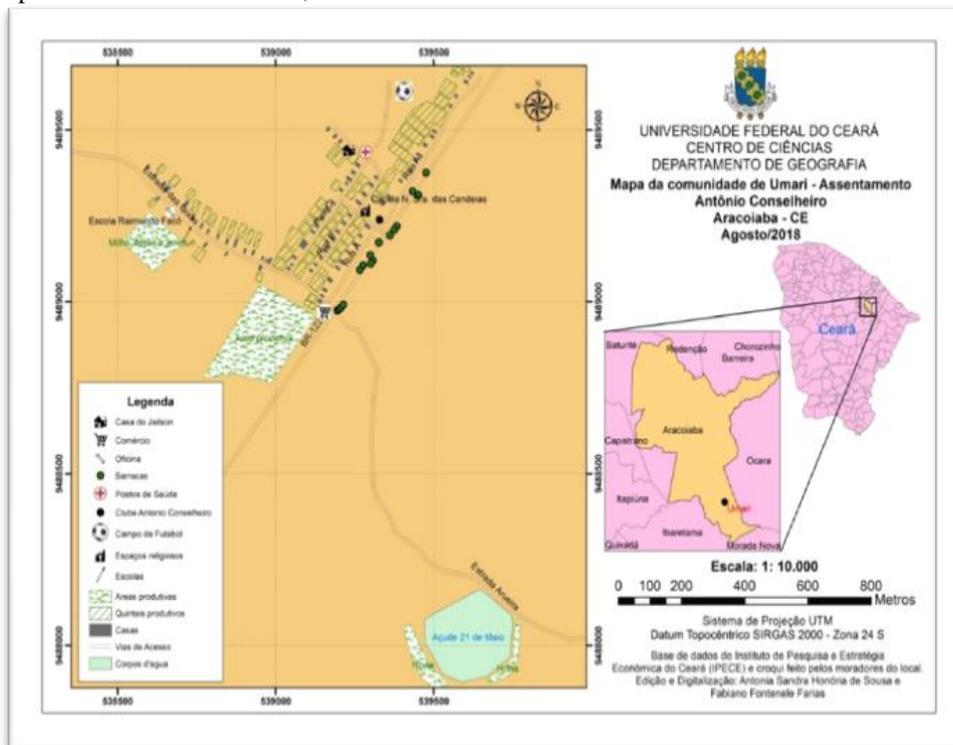
Fonte: Gonçalves (2018).

O resultado do momento de produção e socialização dos croquis, com retroalimentação e ajustes para a confecção do mapa coletivo, foi dinamizado com o diálogo de saberes dos camponeses educandos com os pesquisadores em campo. A produção de uma denominada “cartografia camponesa” (Batista, 2014) foi mobilizada no mundo da reforma agrária. Assim, os camponeses, mobilizados no mundo da escola, intencionaram não só mapear os conflitos, mas também revelar potencialidades presentes no Assentamento. Nesse

contexto, a camponesa E., ressaltou: “Fica mais fácil às pessoas verem que estamos trabalhando, que além dos roçados temos outros projetos nas comunidades que fortalecem a luta camponesa”.

Para o terceiro momento, da sequência didática com os assentados, optamos por digitalizar o mapa coletivo e, de posse do documento impresso (Mapa 2), socializar com a comunidade.

Mapa 2 – Comunidade Umari, no Assentamento Antônio Conselheiro. Ocara e Aracoiaba-CE.



Fonte: Farias (2018).

A entrega do mapa coletivo foi feita à professora da EJA da Escola Raimundo

Facó, que se comprometeu a socializar com os educandos (Figura 7).

Figura 7 – Entrega do Mapa Coletivo. Comunidade Umari, no Assentamento Antônio Conselheiro. Aracoiaba-CE.



Fonte: Gonçalves (2018).

O uso da cartografia social chegou num momento pertinente para o Assentamento, pois as lideranças estavam procurando formas de revelar para a comunidade um levantamento sobre as atividades locais desenvolvidas e o reordenamento de novos espaços de produção, comercialização e lazer. De acordo com a camponesa F.,

O momento tem sido de decisões sobre áreas de cultivo; mudanças no material das barracas; reestruturação de áreas de várzea. E com o mapa fica materializada a divisão das comunidades e a localização das casas de moradia; de quintais produtivos, das escolas entres outros equipamentos, daí a importância dessa cartografia simples (Camponesa F.. Assentamento Antônio Conselheiro, 2018).

E continua

O bom do mapa foi a riqueza dos detalhes, e a divisão que você fez das agrovilas também foi muito legal, para que os assentados possam ter a dimensão das partes do assentamento. Porque como o Assentamento são quatro agrovilas, ele está muito espacializado e isso muitas vezes faz com que os próprios assentados não tenham a dimensão da sua agrovila; com os mapas fica mais claro essa divisão (Camponesa F.. Assentamento Antônio Conselheiro, 2018).

De acordo com Batista (2014), “os mapas carregam também o desejo da autonomia, da liberdade, do controle do homem de suas vontades e do atendimento

das necessidades” (p. 66). O trabalho de produção coletiva das representações reacendeu a ideia de união, organização conjunta, fundamental para vencer os desafios vividos no Assentamento, que passa pela necessidade de revelar a autonomia da comunidade em suas decisões e escolhas de vida e trabalho.

Nos croquis elaborados pelos assentados, foi possível compreender o sentido dado a algumas de suas práticas sociais, entre as quais podemos lembrar: 1) o uso da agroecologia presente nos quintais produtivos como uma forma de superar a dependência da lógica capitalista que privilegia a compra de produtos com agrotóxicos nos supermercados. A lógica camponesa passa não só pela produção livre de veneno para sua família, mas para toda a sociedade; 2) a busca pela autonomia na prática de comercialização e na autogestão da terra conquistada, vista como opção para continuar camponês; 3) a necessidade de revelar o Assentamento Antônio Conselheiro como um espaço social produtivo e consolidado com uma diversidade de práticas sociais, econômicas e políticas.

Os mapas coletivos são instrumentos repletos de sentimentos subjetivos e objetivos, fundamentais no reconhecimento de valores e interesses sobre o território. São, portanto,

instrumentos de luta por gestão com autonomia, por emancipação e pela reforma agrária. Com isso, lembramos que é preciso pensar o assentamento não apenas como uma área de terra desapropriada com o fim de cumprir as disposições legais relativas à reforma agrária e destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas, também, como um espaço heterogêneo constituído por famílias camponesas, que no cotidiano se organizam e lutam por um projeto de desenvolvimento rural que contemple terra, trabalho, educação e dignidade, entre outros direitos, a favor dos povos do campo.

Considerações finais

Os assentamentos rurais são “frações do território” (Fernandes, 1996, p. 17) capitalista conquistadas na luta pela reforma agrária no Brasil. A terra conquistada é, inicialmente, condição para a recriação do trabalho familiar e da vida no campo. Por isso, temos certeza de que a luta para entrar na terra é só o começo; a conquista do assentamento acontece todos os dias com criatividade, diálogo e trabalho. A luta por projetos produtivos, por educação, por reconhecimento da autonomia na gestão do território acontece no cotidiano, muitas vezes questionada

pelos órgãos públicos em suas competências.

A experiência com o procedimento metodológico da cartografia social com educandos da EJA do Campo da escola Francisco Facó, localizada na comunidade de Umari, foi um desafio que nasceu no diálogo com os assentados, mas que foi alimentado por outras experiências descritas na academia. O diálogo entre os saberes do cotidiano e os conhecimentos científicos na escola nos aproximou de sujeitos sociais preocupados e comprometidos com a luta pela recriação camponesa no mundo da reforma agrária.

Longe de parecer desenhos com traços soltos e sem coerência, os croquis desenvolvidos pelos camponeses educandos revelam um assentamento produtivo. Esse desenho da realidade interpretada por símbolos objetivos e subjetivos onde as práticas produtivas vinculadas aos roçados e aos quintais produtivos e os caminhos alternativos na comercialização de produtos, aliados a projetos outros de soberania alimentar e de educação de qualidade, é fundamental para revelar a autonomia camponesa na gestão do assentamento conquistado.

No processo de produção do mapa social, os camponeses nos brindaram com sociabilidade, coletividade e organicidade quando revelaram a clara intenção de

mapear os conflitos e também revelar oportunidades presentes no Assentamento. Dessa forma, o mapa revelou a territorialização da luta por trabalho, direitos, justiça, educação, soberania alimentar e reforma agrária popular.

Referências

Araújo, M. N. R. (2012). Educação de Jovens e Adultos (EJA). In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 250-257). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Batista, M. S. (2014). *Questão Agrária e Camponato: a feira agroecológica como uma estratégia de consolidação camponesa* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Ceará.

Batista, S. C. (2014). Construindo uma cartografia camponesa. *Para Onde!? Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia*, 8(2), 63-73. <https://doi.org/10.22456/1982-0003.61569>

Carvalho, H. M., & Costa, F. A. (2012). Agricultura camponesa. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 26-32). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular.

Escrivão Filho, A. (2012). Despejos. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 210-215). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular.

Feliciano, C. A. (2006). *Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Fernandes, B. M. (1996). *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec.

Fernandes, B. M. (2012). Acampamento. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 21-25). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular.

Fernandes, B. M. (2012). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 496-499). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular.

Moura, M. M. (1986). *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática.

Leite, S. P. (2012). Assentamento rural. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 108-111). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular.

Oliveira, A. M. (2017). *A recriação camponesa em assentamentos rurais*. Fortaleza: Imprensa Universitária.

Oliveira, A. M., & Sampaio, A. J. M. (2017). Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária. *Revista NERA*, 37(20), 154-168. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i37.4989>

Pernambuco, M. M. (1993). Quando a troca se estabelece. In Pontuschka, N. N.

(Org.). *Ousadia no diálogo* (pp. 19-36). São Paulo, SP: Edições Loyola.

Santos, D. (2016). Cartografia social como perspectiva contemporânea da geografia. *InterEspaço Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, 2(6), 273-293. <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549/interespaço.v2n6p273-293>

Sales, C. M. V. (2003). *Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Ceará.

Sousa, A. H. (2018). *Assentamento Antônio Conselheiro/CE: um olhar sobre suas relações sócio-espaciais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Ceará.

Stédile, J. P., & Fernandes, B. M. (1999). *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

ⁱ Artigo resultado do aprofundamento de resumo completo intitulado, “Cartografia social no Assentamento Antônio Conselheiro/Ceará” publicado no 14º ENPEG <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/index>, no ano de 2019.

ⁱⁱ Article resulting from the deepening of the complete summary entitled, “**Social cartography at the Antônio Conselheiro Settlement / Ceará**” published in **14th ENPEG** <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/index>, in the year of 2019.

ⁱⁱⁱ Artículo resultante de la profundización del resumen completo titulado “**Cartografia social no Assentamento Antônio Conselheiro/Ceará**”, publicado en lo **14º ENPEG** <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/index>, en el año 2019

^{iv} Morador de condição é um agricultor que, não possuindo terras, tem permissão do proprietário para morar e lavrar a terra, a paga dessa permissão,

envolve, em muitos casos, a troca de dias de serviço pela casa de moradia.

^v O MST é um “movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses (posseiros, meeiros, trabalhadores assalariados chamados de sem-terra) e, também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra e por Reforma Agrária” (Fernandes, 2012, p. 496).

^{vi} O acampamento “é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia” (Fernandes, 2012, p.21).

^{vii} Documento assinado por um juiz autorizando “ações policiais ou privadas de retirada forçada de comunidades ou famílias de fazendas ..., ocupadas por movimentos sociais quando essas propriedades não cumprem a sua função social” (Escrivão Filho, 2012, p. 210).

^{viii} A Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Campo é uma modalidade específica de educação básica, “destinada aos sujeitos do campo e da cidade aos quais foi negado ao longo de suas vidas o direito de acesso à e de permanência na educação escolar básica” (Araújo, 2012, p. 250).

^{ix} No Brasil, a ata (nome regional) é popularmente conhecida como fruta-do-conde.

^x A manteiga da terra é um tipo de manteiga que se mantém líquida em temperatura ambiente. Geralmente, comercializada em garrafas de vidro é sempre consumida com o cuscuz de milho ou a macaxeira cozida.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 18/06/2020
Aprovado em: 13/03/2021
Publicado em: 07/08/2021

Received on June 18th, 2020
Accepted on March 13th, 2021
Published on August, 07th, 2021

Contribuições no Artigo: As autoras foram as responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: As autoras declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

As autoras agradecem aos financiamentos dos projetos CAPES PGPSE Proc. 88887.123947/2016-00: Sistemas Ambientais costeiros e ocupação econômica do Nordeste; CAPES PRINT Proc. 88887.312019/2018-00: Integrated socio-environmental technologies and methods for territorial sustainability: alternatives for local communities in the context of climate change; e Programa CAPES/FUNCAP Proc. 88887.165948/2018-00: Apoio às Estratégias de Cooperação Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC.

Funding

The authors thank the funding of the projects CAPES PGPSE Proc. 88887.123947/2016-00: Coastal Environmental Systems and economic occupation of the Northeast; CAPES PRINT Proc. 88887.312019/2018-00: Integrated socio-environmental technologies and methods for territorial sustainability: alternatives for local communities in the context of climate change; and CAPES/FUNCAP Program Proc. 88887.165948/2018-00: Support to Scientific Cooperation Strategies of the Graduate Program in Geography - UFC.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Oliveira, A. M., Sousa, A. S. H., & Souza, G. R. G. (2021). Assentamento Antônio Conselheiro: A Importância do Mapa Coletivo na Leitura da Realidade Camponesa. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e9695. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e9695>

ABNT

OLIVEIRA, A. M.; SOUSA, A. S. H.; SOUZA, G. R. G. Assentamento Antônio Conselheiro: A Importância do Mapa Coletivo na Leitura da Realidade Camponesa. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 6, e9695, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e9695>